

## PROTEÇÃO A TRABALHADOR COM 40 ANOS

Incentivo a empresa que contrata empregado com 40 anos ou mais está na pauta da CAE hoje.

Página 4



## SESSÃO ESPECIAL HOMENAGEIA BRASÍLIA

Senadores vão destacar amanhã a contribuição dos pioneiros que fizeram a cidade-síntese do Brasil.

Página 5

## Militar preso depõe à CPI da Terra e acusa o MST

Integrantes da CPI da Terra ouviram ontem, em Curitiba, o tenente-coronel Valdir Copetti Neves, da Polícia Militar do Paraná. Preso, o militar disse que é perseguido pelo MST e pelo secretário de Segurança do estado.

Página 5

## Projeto do governo cria conselho de bioética

Decisão do governo de enviar ao Congresso Nacional projeto com as regras de criação e funcionamento do Conselho Nacional de Bioética foi anunciada ontem pelo senador Tião Viana.

Página 8

## Papaléo propõe incentivo para produção de remédios

Projeto de lei é apresentado pelo senador Papaléo Paes com o objetivo de reduzir a dependência do Brasil em relação a medicamentos produzidos no exterior e baratear o preço dos produtos.

Página 8

# Reunião de líderes hoje busca solução para MPs



DESARMAMENTO Em ato ecumênico pela paz, Renan Calheiros cumprimenta dom Odilo Pedro Scherer, da CNBB

Renan preside reunião em que senadores tentarão chegar a acordo sobre as mudanças no rito das MPs

Com o objetivo de discutir o impasse criado pelo excesso de medidas provisórias em tramitação no Congresso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, se reúne hoje, às 11h, com líderes partidários e integrantes de comissão mista. No domingo, Renan participou de ato em favor do desarmamento.

Página 3



Elza Fátima/ABr

## Proposta de Tião Viana restringe nomeação

A nomeação de ocupantes de cargos em comissão pode ter novas regras. O vice-presidente do Senado, Tião Viana, busca apoio para proposta que restringe a servidores aprovados em concurso público a designação para esses cargos. O objetivo, segundo o senador, é combater os malefícios do empreguismo e assegurar maior eficiência à máquina administrativa, com a qualificação do serviço público.

Página 7

Líderanças indígenas de diversas etnias farão manifestação em frente ao Congresso Nacional hoje, Dia do Índio, às 10h. A data será lembrada por parlamentares, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado.

Página 5



## Valmir Amaral pede documento único de identidade

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pediu urgência para a regulamentação da Lei 9.454/97, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que institui um número único para o registro de identidade civil. Segundo o parlamentar, a adoção de um documento único simplificaria a vida das pessoas e proporcionaria maior segurança, tanto para o indivíduo como para a coletividade.

– O cidadão brasileiro hoje é obrigado a se dirigir às mais variadas repartições para providenciar uma penca de documentos e a memorizar vários números, códigos e senhas para desempenhar suas atividades cotidianas – declarou.

A medida, ressalta Valmir Amaral, traria comodidade e segurança também para as repartições públicas, bancos e empresas, pois um só documento conteria todas as informações necessárias às transações comerciais.

O senador disse que a diversidade de números e senhas usadas atualmente torna vulnerável a identificação dos indivíduos, o que possibilita fraudes. Com o modelo único, observou, todos os órgãos de segurança pública seriam interligados em um cadastro nacional.

Para ilustrar a possibilidade de fraude, o senador contou – citando exemplo dado por Simon ao cobrar do presidente da República a regulamentação da lei – que o assassino de Chico Mendes, após fugir da cadeia, ficou seis anos no interior do Paraná, onde comprou uma fazenda. Ele usava carteira de identidade falsa.

# Agenda

## MP sobre incentivo ao esporte e desarmamento

O Plenário discute hoje, às 14h, projeto (PLV 4/05) originado de medida provisória que tem sido motivo de controvérsia entre os senadores. O texto define prazo para as entidades desportivas resgatarem os recursos da Caixa Econômica Federal destinados



ao incentivo do esporte e altera requisitos para implementação do Bolsa-Atleta. Os pontos polêmicos do texto são os artigos que prorrogam a campanha do desarmamento e concedem porte de arma aos auditores e técnicos da Receita Federal.

## Agenda do presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa de solenidade em comemoração ao Dia do Exército, às 10h. Às 11h, se reúne com a comissão mista sobre MPs; às 13h, almoça com o governador de Pernambu-

co; às 15h, recebe o presidente da Câmara de Senadores paraguaia; às 17h30, participa de exposição em homenagem a Ronaldo Cunha Lima; e, às 18h, recebe o presidente da Comissão Econômica vietnamita.

## Autonomia do BC em debate

A autonomia do Banco Central será debatida em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) hoje, às 10h. Foram convidados os professores Paulo Nogueira Batista Júnior e Edmar Bacha, além do presidente do Sindicato Nacional

dos Funcionários do Banco Central, Sérgio da Luz Belsito. Na segunda parte da reunião, a CAE deve votar, em turno suplementar, a proposta que prevê o parcelamento das dívidas de empresas em recuperação judicial.



## Audiência pública sobre psoríase na CE

A Comissão de Educação (CE) promove audiência pública às 11h para instruir o projeto que cria o Dia Nacional de Combate à Psoríase. Foram convidados os presidentes da Sociedade Brasileira de Dermatologia do Distrito Federal, Gilvan Ferreira Alves, e da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase, Gladis Lima, entre outros.



## Ministro fala à Comissão de Assuntos Sociais

O ministro da Saúde, Humberto Costa, fala à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h. Ele discute a crise no Rio de Janeiro, o desabastecimento de medicamentos

usados contra o vírus HIV e as regras para o ingresso de paciente nas unidades hospitalares de terapia intensiva (UTIs), entre outros temas ligados à sua pasta.

## Requerimentos na CMA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle (CMA) se reúne hoje, às 11h30. Em pauta, requerimentos para realização de audiências públicas sobre o dossiê Cayman e sobre o aumento do preço do aço em contratos internacionais.

## Infra-Estrutura e Orçamento

Entre os oito itens em discussão na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), às 14h30, está o projeto que vincula a pavimentação urbana à realização de toda a infra-estrutura, como redes de água e esgoto. Às 15h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove reunião.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**DISTORÇÃO** Maciel critica atitude do banco em relação à companhia de saneamento do estado

## Maciel acusa Caixa de discriminar Pernambuco

O senador Marco Maciel (PFL-PE) criticou o tratamento dado pela Caixa Econômica Federal às empresas de Pernambuco, em especial à Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). Segundo o parlamentar, a instituição financeira exige que o governo do estado recompre ações da Compesa.

O senador explicou que, em 1999, para melhorar as condições de negociação no mercado de capitais, a Compesa firmou contrato de compra e venda de ações com a Caixa, em que o banco adiantou R\$ 138 milhões, o que correspondia, à época, a 29% do capital social da empresa. O dinheiro, informou, foi aplicado para melhorar o desempenho da Compesa e facilitar sua privatização, o que acabou não ocorrendo por falta de compradores.

### Sociedade

Em novo contrato, a Caixa deixou de ser credora e tornou-se sócia da Compesa, com aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas de Pernambuco, Banco Central e Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

– Para nossa surpresa, a Caixa deseja que as ações sejam recompradas pelo governo de Pernambuco e se nega a apreciar projetos do estado, referentes a programas que visam à melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – afirmou.

O senador declarou ainda que seu estado recebe, em financiamento imobiliário, apenas 0,3% do total arrecadado pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, apesar de participar com 2,22% do total dos recursos do sistema. Maciel pediu ao presidente Lula que faça a Caixa mudar de atitude com relação a Pernambuco.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



# Líderes discutem hoje mudanças nas MPs

■ Presidente do Senado quer receber até o dia 28 de abril proposta da comissão mista que analisa novas regras

O presidente do Senado, Renan Calheiros, que viajou ontem para Maceió, deve estar de volta a Brasília nesta manhã para conduzir, às 11h, reunião

destinada a discutir o excesso de medidas provisórias (MPs) que vem dificultando a ação do Poder Legislativo.

Ele deverá se reunir com os líderes partidários e integrantes da comissão criada para propor mudanças na elaboração e tramitação das medidas provisórias, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Com 559 matérias aguardando deliberação do

Plenário, Renan diz que não dá mais para agüentar o que chamou de "paralisia" no Legislativo.

## Mutirão

O senador defende até a realização de um mutirão, com votações nos fins de semana, para que o Senado desafogue a pauta. E disse que fará o que for preciso para imprimir rapidez à atividade legislativa, por entender que esse é um direito

e um dever do Congresso.

Na reunião de hoje, conforme antecipou na semana passada, Renan pretende negociar com os líderes a fixação do dia 28 de abril como prazo final para que a comissão apresente sua proposta de mudança no rito de tramitação das MPs. Ele deve também propor que, se não for possível mudar a Constituição para resolver o problema, o Senado passe a adotar métodos

mais criteriosos de avaliação da urgência e relevância das MPs, retirando-lhes a eficácia e forçando sua tramitação como projetos de lei.

– As MPs foram concebidas para dar agilidade ao Executivo. Foram criadas para ser usadas em emergências e situações repentinas, mas há um excesso. Como consequência disso, um entulho de medidas está trancando a pauta – reclamou.

## Congresso deve impedir excessos, afirma ACM

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem que o Congresso tem a obrigação de impedir que o presidente da República legisle em nome dos parlamentares mediante a edição contínua de medidas provisórias. O senador, que preside comissão criada para propor mudanças na tramitação das MPs, disse que cumprirá sua obrigação apresentando propostas. Mas salientou que, se o Congresso não aprovar tais medidas, pode sair arranhado do processo.

– O governo manda lá, aqui mandamos nós. Fomos eleitos tanto quanto ele para servir ao povo – defendeu.

Em seu discurso, Antonio Carlos fez duras críticas a vários setores do governo, especialmente aos ministros Humberto Costa, da Saúde, e Waldir Pires, da Controladoria Geral da União. Ele frisou que, enquanto Waldir Pires dava entrevista à *Folha de S. Paulo*, ontem, apontando municípios que desviam recursos, esquecia-se de referir que ocupa "indevidamente" apartamento de parlamentar. Segundo Antonio Carlos, o ex-deputado federal mora, até hoje, em apartamento funcional da Câmara, apesar de estar exercendo cargo de ministro.



**ALERTA** Congresso sairá arranhado caso deixe de aprovar mudanças em rito das MPs, afirma Antonio Carlos



**PELA PAZ** Ministros Thomaz Bastos e Gilberto Gil, com Renan (à direita) em evento ecumênico que reuniu grande multidão no centro da capital paulista

## Ato em São Paulo apóia Campanha de Desarmamento

Os ministérios da Cultura e da Justiça realizaram no último domingo, na Praça da Sé, em São Paulo, ato ecumênico pela Campanha de Desarmamento. O referendo que indicará se a população concorda ou não com a proibição da venda de armas de fogo foi um dos principais temas do evento.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, compareceu à cerimônia, ao lado dos ministros da Cultura, Gilberto Gil, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Também estiveram presentes, entre autoridades e líderes religiosos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Odilo Pedro Scherer, e o rabino Henry Sobel.

– A campanha pelo desarmamento já recolheu 279 mil armas, todas entregues espontaneamente. Nosso objetivo é alcançar 500 mil, o que representará a segunda maior campanha em âmbito mundial. A primeira é a da Austrália, que recolheu 600 mil. Mas lá se pagava pelas armas a preços de mercado. Aqui o preço pago é simbólico – destacou Renan.

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, comparou o ato à ação de plantio, lembrando que "os semeadores têm um papel importante", e que a idéia do evento era "justamente a de cultivar a paz". Suplicy acrescentou que é preciso um conjunto de iniciativas para diminuir a violência, e nesse contexto é que se inseriam "a solenidade e o desarmamento voluntário".

### País em guerra

Durante missa celebrada na Catedral da Sé, antes do ato, o secretário-geral da CNBB ressaltou que as altas taxas de mortes causadas por armas de fogo permitem pensar o Brasil como "um país em guerra". Segundo Scherer, "esta é, muitas vezes, uma guerra entre os pobres – ou contra os pobres".

Para o líder da CNBB, "a posse de uma arma gera a sensação falsa de segurança". Ele lembrou que vários casos trágicos estão relacionados ao uso de armas guardadas em casa, "inclusive em ações contra seus próprios proprietários". Na mesma linha, o ministro Márcio Thomaz Bastos disse que o objetivo da campanha é "retirar

a arma do marido que mata a esposa após uma discussão, do torcedor de futebol que vai ao estádio e do adolescente que utiliza a arma do pai para ferir um colega em uma briga de escola". Scherer lamentou ainda que a fabricação e o comércio de armas sejam vistos como "fonte de empregos e ganhos num país onde a população ainda passa fome".

### Decisão da sociedade

Previsto para ocorrer em 2 de outubro deste ano, o referendo é um dos principais itens do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), que proíbe o porte de armas em todo o país – com exceção para os casos previstos em lei.

Existe, no entanto, o risco de que essa consulta popular não aconteça na data estipulada, pois o projeto de decreto legislativo que autoriza sua realização – já aprovado no Senado – ainda está sendo avaliado na Câmara dos Deputados. E, mesmo depois da regulamentação do decreto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou que precisará de, no mínimo, mais três meses para preparar a consulta. Ao TSE cabe, por

exemplo, definir questões relacionadas à propaganda gratuita em rádio e televisão.

– O referendo é talvez o que de melhor pôde acontecer no Estatuto do Desarmamento. Nós proibimos a venda de armas no país, mas a eficácia dessa medida depende da vontade da sociedade – declarou Renan, autor do projeto.

O presidente do Senado também ressaltou a importância da atuação das igrejas de várias religiões na Campanha de Desarmamento, como forma de mobilizar a população e desenvolver uma "cultura da paz".

Segundo os organizadores do evento, mais de cem cidades aderiram à campanha e realizaram atos públicos no mesmo dia e horário. Na cidade de São Paulo, foram instalados postos de coletas de armas na Catedral da Sé e em mais 11 locais. O estado paulista é o líder na entrega voluntária de armas, seguido pelo Rio de Janeiro.

Na missa, Gilberto Gil cantou *A paz*, música que compôs com João Donato. Após o ato, houve a apresentação dos cantores Chico César, Netinho e do músico Dominginhos.





**EMPENHO** Mão Santa destaca a vitória de conterrâneo na Maratona de São Paulo

## Mão Santa elogia atleta piauiense

Ao homenagear o atleta piauiense José Telles por ter conquistado a Maratona de São Paulo 2005, no último domingo, o senador Mão Santa (PMDB-PI) relembrou, em discurso no Plenário, nomes de personalidades que integram a história de seu estado. Ele destacou, entre outros, a atuação de Evandro Lins e Silva como ministro do Supremo Tribunal Federal; de Petrônio Portella como senador da República; e de João Paulo Reis Veloso, como ministro do Planejamento.

– Se houvesse uma disputa entre os 27 estados brasileiros, o “povo piauiense” conquistaria a medalha de ouro – enfatizou o parlamentar.

Mão Santa criticou o governo federal por ter aumentado o número de cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo. Ele citou matéria publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo a qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva praticamente dobrou o número de contratados sem concurso público. “Lula aumentou os comissionados de 18.040, em 2002, para 33.204, em 2004. Isso é uma vergonha, uma falta de moral e de dignidade”, afirmou o senador.

O parlamentar também lamentou os frequentes registros de *overbooking* nos vôos que têm o Piauí como origem. Ele propôs que a GOL passe a ter linhas diretas entre Teresina e Brasília, uma vez que apenas a TAM opera esse percurso.

# Incentivo para emprego a quem tem mais de 40 anos

■ Proposta que será votada hoje na CAE, em caráter terminativo, concede redução no Imposto de Renda

A concessão de incentivo fiscal a empresas que possuam pelo menos 30% dos empregados com idade superior a 40 anos é o que estabelece projeto de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que será votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Conforme a proposta (PLS 103/99), as empresas que se enquadrarem nessa situação poderão deduzir do lucro tributável, para fins do cálculo do Imposto de Renda, até 25% do montante dos salários e encargos sociais. O incentivo será calculado exclusivamente sobre os salários inferiores a R\$ 3 mil.

– Para muitos, o trabalhador com mais de 40 anos é considerado um velho, quase inválido, apesar de toda a experiência que possui – argumenta o senador.

Jefferson, que tem recebido diversas reclamações de desempregados naquela faixa etária, admite que o projeto de lei não mudará essa realidade, mas poderá ajudar milhares de trabalhadores a manter seus empregos. “Essas pessoas

## Desemprego entre os quarentões

Taxas de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, apuradas entre pessoas com 40 anos ou mais



Fonte: SEADE - DIEESE

me dizem que quando procuram trabalho acabam tendo as portas trancadas devido à barreira criada em torno da idade.”

Segundo o senador, a grande concentração de jovens no país e a abundância de mão-de-obra podem ser fatores que levam ao maior desemprego dos que atingiram os 40 anos.

O relator da matéria, senador Mão Santa (PMDB-PI), é favorável à medida. Ele apresentou emenda para que o Executivo estime o montante da renúncia fiscal decorrente da proposta e fixou os seus efeitos para o primeiro dia do exercício financeiro posterior à possível aprovação do projeto.

Para Mão Santa, a manutenção do vínculo empregatício é importante para os trabalhadores com idade superior aos 40 anos.

Apesar das dificuldades para



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**OBJETIVO** Jefferson sustenta que medida ajudará a manter contratos de trabalho

quem passou dessa idade, na Região Metropolitana de São Paulo foi registrada pequena queda no número de desempregados, conforme levantamento da Fundação Seade. Em fevereiro de 2004, a taxa de desemprego nessa faixa etária atingia 12,8%. No mesmo período deste ano, foi registrado o percentual de 10,3%.

## Paulo Paim pede ao governo a adoção do novo salário mínimo

O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou ao governo, em discurso no Plenário, que faltam poucos dias para a virada do mês e que os trabalhadores, diante das dificuldades econômicas, não podem ficar esperando muito tempo pelo reajuste do salário mínimo, cuja data-base é 1º de maio.

Mesmo que o novo valor possa ser fixado por medida provisória, ele sugeriu ao Executivo que analise projeto de sua autoria (PLS 200/04), o qual, segundo afirmou, poderia ser aprovado com relativa facilidade no Congresso Nacional.

A proposta, cuja relatora é a senadora Fátima Cleide (PT-RO), fixa o mínimo em aproximadamente R\$ 300 e ainda admite ganhos adicionais do salário em virtude da variação positiva do produto interno bruto (PIB).

No ano passado, disse Paim, o salário mínimo teve aumento de apenas R\$ 20, chegando aos atuais R\$ 260.

O senador também manifestou seu apoio ao movimento dos aposentados e pensionistas, que pleiteiam reajuste nos vencimentos da ordem de 50%, resultado das



**GANHO** Paim sugere piso em torno de R\$ 300, conforme projeto de sua autoria

perdas acumuladas nos últimos anos quando comparados aos índices inflacionários.

– A inflação é mais pesada para quem está acima dos 60 anos. Há quase uma situação de desespero entre os aposentados.



**APOIO** Leomar Quintanilha afirma que é necessário estimular novos talentos

## Quintanilha cobra verba para esporte

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ressaltou ontem a importância da prática de esportes, em especial do futebol, que é praticado no mundo todo e é muito popular no Brasil. O parlamentar lamentou, no entanto, que ainda não tenha sido encontrada uma fonte de financiamento para o esporte amador.

– Os talentos esportivos surgem das oportunidades que os jovens têm de mostrar suas qualidades. É preciso que eles tenham um campo onde possam jogar e ser observados pelos interessados nesses novos atletas.

Quintanilha elogiou o programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, que visa possibilitar o acesso à prática esportiva aos alunos da rede pública do ensino fundamental e médio, principalmente em áreas mais pobres. De acordo com o senador, essa é uma importante atividade de inclusão social. Ele destacou especialmente a parceria feita com a Marinha, que forneceu equipamentos esportivos modernos para jovens de regiões carentes do Distrito Federal.

– O esporte ajuda as crianças e os jovens a evitar os descaminhos da vida, como a prostituição e a criminalidade – enfatizou o parlamentar.

Quintanilha destacou projeto da Federação Tocantinense de Futebol que proporciona a prática desse esporte a grande número de pessoas do seu estado.

## Paulo Bernardo comparece amanhã à comissão de reforma orçamentária

A comissão mista temporária que analisa a reforma do processo orçamentário, presidida pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN), ouve amanhã, a partir das 10h, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, ex-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

No exercício desse cargo, Bernar-

do sempre defendeu a implantação de novas regras em todo o processo, de modo a torná-lo menos burocrático, mais ágil e transparente, principalmente no que se refere à elaboração, apreciação, execução e fiscalização das leis do chamado ciclo orçamentário.

A presença do ministro na CMO

também servirá para que parlamentares tirem dúvidas com relação ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, encaminhado na semana passada ao Legislativo. Na proposta, o Executivo se compromete a não elevar a carga tributária no próximo ano. O ministro também terá a oportu-

nidade de detalhar uma novidade que consta da LDO: a limitação, em lei, dos chamados gastos não financeiros, como pessoal e benefícios previdenciários.

Pouco antes de deixar a presidência da CMO, Bernardo, com apoio das consultorias técnicas do Senado e da Câmara, elaborou

um documento com 38 sugestões, que passou a nortear os trabalhos da comissão temporária. Entre as propostas está a que substitui o Tribunal de Contas da União (TCU) por uma auditoria geral independente, destinada a imprimir maior agilidade no controle dos gastos públicos.



**EXAME** Camata propõe consulta à população sobre temas como financiamento público de campanha

## Comissão de Justiça examina proposta de plebiscito

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inicia as deliberações de amanhã, a partir das 10h, com a votação de projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que convoca plebiscito para consultar a população sobre temas como o financiamento público de campanhas. Pelo projeto (PDS 1.494/04), a consulta deveria ser realizada em

outubro próximo.

O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), alterou vários pontos da proposta original. Em seu substitutivo, ele deixa a definição da data de realização do plebiscito a critério do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas estabelece que deve acontecer no prazo de um ano a partir da publicação do

decreto. Jefferson também opta por centrar a consulta nos tópicos políticos, como o fim do voto eleitoral obrigatório, por considerar que são questões menos polêmicas.

Na avaliação do relator, os temas ligados ao direito, como a legalização do aborto, devem ficar para outra oportunidade.

O relator inclui, no entanto, outro

tópico para que a população manifeste sua opinião: a recriação do estado da Guanabara, com consulta restrita à população do Rio.

A CCJ também deve votar requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) solicitando informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre a atuação do Banco Central na liquidação do Banco Santos (RSF 159/05).

## CPI da Terra ouve acusado de comandar milícia no Paraná

Preso sob as acusações de tráfico internacional de armas e de comandar uma milícia armada a serviço de fazendeiros no Paraná, o tenente-coronel da Polícia Militar Valdir Copetti Neves disse ontem que está na prisão devido à “perseguição política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari”. A afirmação foi feita em depoimento prestado em Curitiba a integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPI da Terra), presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Ao falar à comissão, Copetti Neves deixou de responder a muitas das indagações dos parlamentares, invocando seu direito de permanecer calado. Uma das questões que ele deixou sem resposta foi a indagação do relator da CPI, deputado federal João Alfredo (PT-CE), sobre a participação do acusado, em 1998, na ação

de reintegração de posse da fazenda Santa Gertrudes, no Paraná. O deputado leu um relato dessa ação – que seria de autoria de um soldado da PM – denunciando a violência dos policiais. Segundo a advogada Luciana Furquim Pivato, da organização civil Terra de Direito, o soldado entrou para o programa de proteção a testemunhas e teve de sair do estado.

João Alfredo também afirmou que há evidências de envolvimento do Grupo Águia, da PM paranaense, com a atuação de milícias armadas contratadas por fazendeiros ligados à União Democrática Ruralista (UDR). O foco da ação dessas milícias seria a região próxima ao município de Ponta Grossa.

Já o deputado federal Abelardo Lupion (PFL-PR) defendeu o Grupo Águia e o tenente-coronel, destacando que o militar “recebeu todas as condecorações possíveis”.

– O tenente-coronel deve ter orgulho de pertencer ao Grupo Águia – ressaltou Lupion.

## Polêmica entre parlamentares aumenta clima de tensão

A sessão da CPI da Terra realizada em Curitiba foi marcada pelas polêmicas entre os próprios integrantes da comissão. Em uma delas, os deputados Abelardo Lupion e o relator, deputado João Alfredo, discutiram por não concordarem quanto à forma de um parlamentar interromper outro durante a tomada de depoimentos.

Em outra polêmica estabelecida durante a reunião, o senador Sibá Machado (PT-AC) se exaltou ao protestar contra uma suposta “falta de respeito” do tenente-coronel da Polícia Militar Valdir Copetti Neves, que não respondia a várias perguntas e insistia em se apresentar como vítima de “perseguição política”. Abelardo Lupion disse que Sibá queria “aparecer”.

O presidente da CPI, Alvaro Dias, reconheceu que “há divisões ideológicas na comissão, e que, por causa disso, o clima tem sido tenso entre seus integrantes”. Ele acrescentou que “é evidente que há uma competição, em que alguns querem investigar e contribuir para a resolução de problemas, enquanto outros querem obstruir os trabalhos”.

– De certa forma, o clima na CPI é um reflexo do que acontece nos campos do Brasil – observou Alvaro Dias.

O senador reiterou que “há desorganização absoluta na questão fundiária, e que é necessária gestão pública competente para lidar com o problema”. Ele enfatizou que, “onde não há autoridade pública, prevalece a impunidade”.



**PRONUNCIAMENTOS** Senadores pelo DF, Paulo Octávio, Cristovam Buarque e Valmir Amaral participam da solenidade



## Senado faz homenagem aos 45 anos de Brasília

**Parlamentares realizam sessão especial amanhã, às 11h, em comemoração ao aniversário da capital**

O Senado realiza amanhã, às 11h, sessão especial em comemoração ao 45º aniversário de Brasília. Além do senador Paulo Octávio (PFL-DF), que requereu a homenagem, os senadores Cristovam Buarque (PT-DF) e Valmir Amaral (PMDB-DF) deverão discursar sobre a situação atual e a história de Brasília.

Também serão homenageados os idealizadores e pioneiros da cidade. Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade desde 1987, Brasília é a cidade-síntese do Brasil, lembrou o senador Paulo Octávio. “Brasília,

centro das decisões governamentais, acolhe de braços abertos brasileiros de todas as regiões do Brasil”, acentuou.

– No dia 21 de abril, comemora-se o aniversário desta cidade, patrimônio do Brasil, fruto do trabalho de legiões de brasileiros que ouviram o chamado e aceitaram o desafio do saudoso presidente Juscelino Kubitschek – afirmou Paulo Octávio, ao justificar a solenidade.

Valmir Amaral deverá falar sobre a consolidação da capital como uma grande metrópole. Para ele, Brasília concretizou não só o sonho de Dom Bosco e o ideal de Juscelino Kubitschek, mas também as aspirações de milhões de brasileiros.

### Exclusão

Já Cristovam Buarque anunciou que subirá à tribuna para ressaltar que é preciso recu-

perar a qualidade de vida de Brasília. Ele disse que chamará a atenção para o fato de, lamentavelmente, ainda ocorrerem doenças endêmicas a poucos metros do Palácio da Alvorada e do Palácio do Planalto, por conta do sistema de atendimento médico precário da capital.

### Urbanidade

Na opinião do senador, a cidade precisa voltar a ser o exemplo de urbanidade, quando os carros paravam para os pedestres atravessarem na faixa.

Os deputados federais Wanny de Roure (PT-DF), Jorge Pinheiro (PL-DF) e José Roberto Arruda (PFL-DF) são os autores do requerimento para a sessão de homenagem a Brasília que acontece na Câmara, às 10h, também amanhã. A Câmara Legislativa do DF comemora o evento às 19h.

## Atividades marcam o Dia do Índio

O senador João Capiberibe (PSB-AP), integrante da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, deverá participar hoje, às 10h, de sessão solene que a Câmara fará em homenagem ao Dia do Índio. Antes do evento, lideranças indígenas de diversas etnias farão manifestação em frente ao Congresso Nacional. Os senadores Sibá Machado (PT-AC), Fátima Cleide (PT-RO), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Tião Viana (PT-AC), Heloísa Helena (PSOL-

AL) e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) também fazem parte da frente parlamentar.

Ainda hoje, às 14h30, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDH), da Câmara, realiza reunião sobre saúde indígena e demarcação de reservas. Já na terça-feira da próxima semana, o ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, deverá participar da sexta audiência pública a ser realizada sobre a morte de crianças indígenas

por desnutrição.

Participarão também do debate o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, e o sub-procurador-geral da República e membro da 6ª Câmara (Índios e Minorias) do Ministério Público, Eugênio José Guilherme de Aragão. No dia 28, a Câmara promoverá o VIII Encontro Parlamentar Nacional de Direitos Humanos, com a participação de parlamentares e lideranças do setor.



## Crivella quer regulamentar profissão de mototaxista

Com a finalidade de regulamentar as atividades de *motoboy* e mototaxista, cujo número de trabalhadores aumenta a cada dia nas grandes cidades, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou projeto de lei que estabelece mecanismos que garanta segurança para o veículo, o condutor e para quem ele transportar. O projeto tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), seguindo, posteriormente, para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

No caso de transporte de passageiros, por motocicletas ou similares, a proposta (PLS 108/04) exige que o veículo tenha placa identificadora de aluguel, capacete de segurança com forração interna descartável para uso do passageiro, estado perfeito de conservação do veículo e seus acessórios, incluindo ainda pneus raia-dos para dias de chuva.

### Requisitos

Em relação ao condutor, o projeto determina idade mínima de 21 anos, dois anos de habilitação para condução de motocicletas, aprovação em curso especializado para transporte de passageiros e uso obrigatório de capacete e roupa de proteção corporal. O condutor também não poderá ultrapassar a velocidade de 60km/hora, nem trafegar entre as faixas de trânsito ou realizar manobras bruscas que ponham em risco a segurança do passageiro.

Para o transporte de pequenas cargas, a proposição de Marcelo Crivella remete às exigências já contidas no Código de Trânsito Brasileiro, acrescentando ainda a necessidade de potência máxima de 250 cilindradas para o veículo, abafador para o cano de escape e pneus adequados para uso em pistas molhadas. Outra exigência é com relação às cargas, que não devem ser acondicionadas em recipientes presos ao corpo do condutor, como mochilas, mas conduzidas em recipiente de segurança, instalado na parte posterior do veículo.

# Lúcia Vânia pede isenção de IPI para transporte de carga pesada

■ Senadora diz que principal objetivo da proposta é a renovação da frota nacional de veículos

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu projeto de lei de sua autoria que isenta do pagamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos automotores com capacidade de carga máxima superior a cinco toneladas, desde que destinados exclusivamente ao transporte de mercadorias e de cargas.



**LIMITE** Lúcia Vânia observa que benefício só atingirá caminhões com capacidade máxima de 5 toneladas

A senadora argumenta que a proposta (PLS 278/04) tem como objetivo principal promover a renovação da frota nacional de transporte rodovi-

ário de cargas. Segundo ela, os efeitos benéficos da medida se farão sentir nos vários segmentos que dependem da qualidade do sistema de distribuição de mercadorias.

Pelo projeto, fica assegurada a manutenção do crédito de IPI relativo às matérias-primas aos produtos intermediários e ao material de embalagem utilizados na industrialização dos veículos. A isenção não é extensiva aos acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo.

Lúcia Vânia afirmou que a isenção tenderá a incrementar a economia do país, a partir

de um melhor escoamento das produções agrícolas e industriais. Por outro lado, a renúncia fiscal ocasionada pela isenção não deve ser motivo de preocupação, uma vez que será compensada por meio do aumento de outros impostos decorrentes do crescimento de vendas de veículos pesados de transporte de carga. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa, regime que dispensa a votação em Plenário, caso não haja recurso de um décimo do número de senadores, no prazo máximo de cinco dias úteis.

## Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

Informação ao alcance de todos



- Acervo aberto para consulta ao público em geral;
- 150 mil livros;
- 2,7 milhões de recortes de jornais;
- 450 mil fascículos de periódicos;
- 4 mil obras raras;
- Bases de dados estrangeiras, com artigos e periódicos em texto integral.

Senado Federal  
Subsecretaria de Biblioteca  
e-mail: [ssbib@senado.gov.br](mailto:ssbib@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/biblioteca](http://www.senado.gov.br/biblioteca)  
Tel: (61) 311 3943 e 311 3944 - Fax: (61) 311 1665  
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Térreo - Brasília/DF





**PROPOSTA** Serys apóia conversão da dívida em investimento educacional

## Serys quer mais recursos para educação

A senadora Serys Silhesarenko (PT-MT) endossou proposta de conversão da dívida externa brasileira em investimentos na área de educação. Essa iniciativa será o mote da 6ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, evento organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) previsto para os dias 26 a 29 de abril.

Conforme explicou a senadora, a entidade pretende promover uma paralisação nacional do setor e uma marcha a Brasília, no dia 27, para coletar assinaturas em apoio à proposta. Ao defender a substituição do ajuste fiscal pelo ajuste social e político, a CNTE busca, assinalou Serys, a implementação de políticas que democratizem o acesso à educação, melhorem a qualidade da educação pública e estimulem a valorização dos profissionais de educação.

A receptividade do governo Lula à medida também entusiasmou a senadora. Segundo ela, representantes dos ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores devem defender a proposta durante encontro com entidades financeiras, em julho, na Espanha. A idéia é destinar à educação parte dos recursos para pagamento de dívidas com outros países e organismos multilaterais de fomento, parcela que, no Brasil, equivale a quase 20% da dívida externa, estimada em R\$ 545 bilhões.

### Mato Grosso

Serys ainda criticou o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, por alterações feitas na Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica. A senadora condenou a suposta tentativa de proibir a eleição direta de diretores das escolas públicas estaduais e de conceder reajuste de quase 50% para os cargos de confiança, em detrimento dos 6% de aumento conferidos aos profissionais da carreira.

# Tião Viana busca apoio para proposta contra o nepotismo

■ Apenas cargos de ministro, secretário ou chefe de missão diplomática temporária seriam de livre nomeação

Em meio à polêmica sobre a prática de nepotismo no setor público, o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), busca o apoio de 27 senadores para proposta de emenda à Constituição (PEC) que pretende apresentar para restringir o acesso a cargos em comissão de livre nomeação e exoneração. O senador afirma que o projeto vem atender a uma reivindicação antiga da sociedade brasileira pela profissionalização do serviço público.

De acordo com a minuta da PEC, apenas os cargos de ministro de



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**ARGUMENTO** "Administração padece dos malefícios oriundos do empreguismo"

Estado, governador de território, secretário de estado, do Distrito Federal, de território, de prefeitura ou chefe de missão diplomática temporária seriam de livre nomeação e exoneração. O preenchimento dos demais cargos ou empregos públicos dependeria da aprovação

prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

– Se as luzes dos holofotes costumam recair com maior facilidade sobre os inúmeros casos (e inúmeras formas) de prática de nepotismo em nosso país, também padece a administração pública, aqui entendidos os três Poderes, em todos os níveis, dos malefícios oriundos do empreguismo, fruto de relações patrimonialistas, que herdamos da tradição ibérica – observa na justificativa da proposta.

Tião Viana acredita que a PEC, resultado de três anos de reflexão, vai imprimir não só maior eficiência à máquina administrativa, mas também coibir os “nefastos efeitos do clientelismo”. O senador ponderou que a profissionalização do serviço público ainda depende de contínuo processo de qualificação.

## Agripino aponta descaso com servidores públicos

José Agripino (PFL-RN) denunciou ontem o “absoluto descaso” do governo federal com os servidores públicos. Para o senador, é inadmissível oferecer a essa categoria profissional um reajuste de apenas 0,1%, assim como não é correto que o número de contratados sem cargo tenha subido de 18 mil para 33 mil.

O senador não considera válidos os argumentos de falta de recursos, já que, segundo ele, os dados mostram que a arrecadação do mês de março foi de R\$ 28 bilhões, 6,4% a mais que no mesmo período do ano passado. Agripino informou também que a arrecadação em 2004 cresceu 10,62%, o que classificou de “gulodice fiscal”, enquanto o crescimento do PIB foi de 5,2%.

– O governo do PT governa para privilegiar os seus, os petistas com estrelinhas na lapela. Aos servidores públicos, que depositaram nesse presidente expectativa e confiança, Lula prometeu aumento diferenciado, mas, em vez de aumento, houve diminuição, com a cobrança da previdência do inativo. Eles foram traídos, e isso é uma injustiça – protestou.

### ANP

Agripino falou ainda sobre a rejeição do engenheiro químico José Fantine para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A indicação de Fantini foi recusada na quarta-feira, por 12 votos a 11, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

De acordo com o parlamentar,



**CRÍTICA** "O governo do PT governa para privilegiar os seus", diz Agripino

a rejeição se deu porque Fantine teria um “perfil estatizante”, que não seria apropriado para o cargo que pretendia ocupar.

– A agência reguladora deve sinalizar para o investidor que não se deixe abalar por pressões políticas, à luz da modernidade. Uma pessoa com perfil estatizante vai sempre privilegiar o capital estatal, em detrimento do privado – afirmou.

## Valadares propõe juizado especial para mulheres

As mulheres poderão ganhar um juizado especial cível para tratar exclusivamente das questões ligadas a elas, caso seja aprovado projeto de lei de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A proposta, que altera a lei que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (9.099/95), tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo, onde está em fase de recebimento de emendas. O relator é José Maranhão (PMDB-PB).

Segundo o autor, o objetivo do projeto (PLS 54/05) é permitir que os conflitos familiares tenham so-



**OBJETIVO** Valadares deseja solução rápida para conflitos familiares

luções rápidas, ao seguirem o rito processual dos juizados especiais, com regras mais flexíveis e com

menos formalidades.

Em sua justificativa, Valadares informou que as mulheres serão as maiores beneficiadas porque são elas que mais ingressam na Justiça para solicitar prestação jurisdicional e também têm dificuldade na obtenção de atendimento eficaz. As demandas mais frequentes, disse o senador, são separação de casais, investigação de paternidade, guarda de filhos, com a regulamentação de visitas, e fixação de pensão alimentícia.

– Esses direitos enfrentam morosidade, dispersão e falta de sistematização de normas e procedimentos.



**CAUSA** Segundo Crivella, problemas do país decorrem de juros e superávit elevados

## Crivella ataca a política econômica

Ao analisar a origem das dificuldades que marcam a realidade econômica e social do país, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) assegurou ontem que o grande problema do Brasil é a política econômica neoliberal, representada por altas taxas de juros e elevado superávit primário.

– É um problema inteiramente nosso, e é dele que decorrem todos os demais. Ele não se deve a imposições externas incontornáveis. O curso econômico que adotamos foi uma escolha consciente de Fernando Henrique, aprofundada por Lula.

A maior parte da população, disse Crivella, tem dificuldade para entender a verdadeira causa dos problemas da economia que impedem a melhoria das condições de vida. Ele comparou a atual situação brasileira com o que ocorria na Argentina antes de Néstor Kirchner – que tomou posse em maio de 2003 – quando, “degradada pela política econômica neoliberal, a população daquele país, confusa, achava que a culpa por todos os seus males eram os políticos”.

Para o senador, as questões mais graves para o desenvolvimento brasileiro não são a impunidade dos criminosos ou o desperdício dos gastos públicos, como muitos denunciam. Há, sim, afirmou, desperdícios nos gastos públicos, mas insignificantes em relação, por exemplo, à conta dos juros.

Se os benefícios previdenciários estão aumentando de forma acelerada em comparação com a receita, assinalou o senador, a razão básica é o ritmo lento de crescimento econômico em duas décadas perdidas.

– A causa de nossas mazelas é a política econômica, que produz desemprego e degeneração social. Tudo o mais é decorrência, ou são aspectos secundários.





**EXEMPLO** Ribeiro diz que hospital utiliza modernos recursos tecnológicos

## João Ribeiro elogia gestão do Incor

Ao elogiar o trabalho realizado pelo Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo (Incor), o senador João Ribeiro (PL-TO) disse ontem que as autoridades da saúde deveriam ter o Incor como exemplo de boa gestão hospitalar a ser seguido pelas redes de assistência médica no país.

João Ribeiro, que esteve na semana passada no Incor para um *check-up*, elogiou a equipe comandada pelo médico José Antônio Ramires por sua competência. O senador afirmou que, além do corpo clínico qualificado, o instituto utiliza os mais modernos recursos tecnológicos.

O senador ressaltou que 82% dos atendimentos no Incor são de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), 15% são de beneficiários de convênios e apenas 3% são de pacientes particulares. O senador Tião Viana (PT-AC), na presidência dos trabalhos, disse que a Mesa se associava à homenagem prestada ao Incor.

João Ribeiro informou ainda que foi derrubada em Brasília a liminar que expulsava os médicos cubanos que prestavam serviço no Tocantins. Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-SP) se solidarizou com a banca do Tocantins, contrária à expulsão dos profissionais cubanos do país.



# Papaléo sugere nova política para indústria farmacêutica

Projeto do senador reduz dependência do Brasil em relação aos medicamentos produzidos no exterior

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apresentou ontem projeto de lei sugerindo a concessão de incentivos fiscais às empresas que produzem fármacos no país. O objetivo é reduzir a dependência do Brasil em relação a medicamentos produzidos no exterior.

Os incentivos propostos atingiriam as empresas que produzem os medicamentos contidos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), elaborada pelo Ministério da Saúde, bem como seus respectivos princípios ativos. Segundo Papaléo, o Brasil ocupa a décima posição no mercado mundial de medicamentos.



**MERCADO** Papaléo destaca que país corre sério risco de boicote de insumos

Apesar disso, a indústria farmacêutica brasileira utiliza, basicamente, insumos importados.

– O desenvolvimento de uma indústria farmacêutica que atenda às necessidades básicas da população deve constituir-se em uma das principais metas do governo de um país. É uma questão de segurança nacional, pois, se as empresas multinacionais que dominam o

mercado mundial de fármacos e medicamentos decidirem boicotar o fornecimento de seus produtos, a população estará exposta a sérios riscos – ressaltou Papaléo.

O parlamentar lembrou que a importância da diminuição da dependência de fármacos e de medicamentos produzidos no exterior ficou demonstrada nos recentes episódios envolvendo o Ministério da Saúde e laboratórios produtores de medicamentos utilizados no combate à Aids. Sem incentivos, opinou Papaléo, a indústria farmacêutica nacional torna-se “presa fácil” das grandes multinacionais.

– O barateamento dos medicamentos, a diminuição dos gastos com importação, o aumento da receita de exportação e do consumo interno compensarão o investimento e a renúncia de receita que o projeto sugere. A principal consequência será a melhoria da saúde da população – concluiu.



**CRÍTICAS** Virgílio Iê mensagens que condenam critérios para internações

## Virgílio chama de "nazista" regra para UTI

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), leu da tribuna algumas das mais de cem mensagens eletrônicas que recebeu no fim de semana, assinadas por pessoas que condenam com veemência a tentativa do ministro da Saúde, Humberto Costa, de fixar critérios para selecionar pessoas que teriam prioridade de internação em unidades de terapia intensiva (UTIs) dos hospitais públicos. O senador sustentou que a tentativa do ministro equivale a uma “prática nazista, uma eutanásia oficial”.

– Uma senhora afirma que o PT está querendo escolher quem deve viver e quem deve morrer. Diz ela: “Medo eu sempre tive, e com razão. Agora, tenho mais medo. Do PT. Por isso, peço não revelar meu nome completo”. Outra senhora diz ser inadmissível que um governo apresente idéias como essa. Para ela, a defesa da vida é o mínimo que se pode esperar de um ministro da Saúde.

O senador sustentou que “os petistas começam a perceber que as coisas não estão muito bem”, e até o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou que a “reeleição não será um passeio”. Para o líder do PSDB, “o povo está cansado do governo petista, por não cumprir o que prometeu em campanha, especialmente a criação de 10 milhões de empregos”.

Pouco antes, Virgílio havia proposto que ficasse registrada nos Anais do Senado a comemoração dos 30 anos da primeira posse de Luiz Inácio Lula da Silva no sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista. “Sou oposição, mas não posso deixar de reconhecer que Lula representou uma ruptura com o peleguismo sindical e que contribuiu para a derrubada da ditadura”, afirmou.

## Governo prepara projeto do Conselho de Bioética

O senador Tião Viana (PT-AC) anunciou ontem a decisão do governo de encaminhar ao Congresso projeto de lei com as regras de criação e funcionamento do Conselho Nacional de Bioética. Esse órgão teria a função de assessorar a Presidência da República na discussão de questões éticas e dilemas morais relacionados às ciências da vida, da saúde e do meio ambiente.

De acordo com o parlamentar, a elaboração e o envio dessa proposição ao Congresso dão seqüência à aprovação pelo Senado e pela Câmara da Lei de Biossegurança, que trata das pesquisas genéticas com células-tronco e organismos geneticamente modificados (os

transgênicos). Na época da discussão da matéria, o governo comprometeu-se a oferecer uma perspectiva para que os tomadores de decisões no campo da bioética pudessem contar com opiniões e conceitos abalizados sobre a questão. A criação desse conselho justifica-se em razão das polêmicas geradas por temas como a clonagem.

O senador pelo PT leu trechos da exposição de motivos de um anteprojeto de lei encaminhado pelo ministro da Saúde, Humberto Costa, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A partir desse anteprojeto, a Casa Civil da Presidência vai oferecer uma proposta definitiva ao Congresso. No modelo previsto no an-

teprojeto, o conselho será formado por 21 pessoas de diversas áreas do conhecimento, com garantia de diversidade de gênero e de etnia, nomeadas pela sociedade civil e pelo poder público.

O conselho não terá personalidade jurídica própria, mas contará com orçamento próprio. A montagem do seu arcabouço foi feita por um grupo de trabalho que estudou instituições semelhantes em diversas partes do mundo. Atuaram nesse trabalho estudiosos eminentes como o físico Enio Candotti, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e o professor Volnei Garrafa, da Sociedade Brasileira de Bioética.

## CAS analisa exame de suficiência para veterinário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá votar, nos próximos dias, projeto de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), que exige aprovação em Exame Nacional de Certificação Profissional para o exercício da profissão de médico-veterinário. Pela proposta (PLS 156/04), que tem parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), só poderão ser veterinários os profissionais com curso de nível superior, formados em instituições brasileiras reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) ou no exterior, desde que os diplomas sejam revalidados no Brasil.

Segundo Tião Viana, os veteriná-

rios afetam diretamente os seres humanos, pois lidam também com controles sanitários e a preservação da saúde da população, prevenindo a transmissão de doenças.

### Conteúdo

Para o senador, o exame vai impedir ainda o exercício da profissão por pessoas “incapacitadas” e ajudar na padronização dos conteúdos didáticos dos cursos.

Essa não é a primeira vez que Tião Viana apresenta projeto para exigir que profissionais de saúde sejam obrigados a passar por teste de proficiência. O senador também é autor do PLS 217/04, que institui o Exame Nacional de Proficiência

em Medicina como requisito para o exercício legal da medicina. Segundo ele, o exame será um filtro entre a diplomação e a prática profissional, com o objetivo de impedir que médicos malformados exerçam a profissão.

– Nossas escolas médicas, com raras exceções, não estão formando médicos, mas apenas diplomando-os, e, ao fazer isso, agem de maneira irresponsável porque lançam no mercado profissionais incapazes de lidar com os problemas de saúde mais simples – justificou. O PLS 217/04, que está na Comissão de Educação, tem como relator o senador Mão Santa (PMDB-PI).